

ÍNDIOS COMO SUJEITOS SOCIOPOLÍTICOS PARTICIPANDO EM REVOLTAS LIBERAIS EM PERNAMBUCO E ALAGOAS (1817-1848).

Resenha Crítica

Edson Silva¹

edson.edsilva@hotmail.com

Publicado pelo Arquivo Nacional, como Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa/2015, originalmente uma Tese de Doutorado em História defendida na Universidade Federal Fluminense/UFF no Rio de Janeiro, o livro ora resenhado foi organizado em seis capítulos. No primeiro, a autora discutiu os processos de formação de aldeamentos na Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas e também no Agreste pernambucano, tratando das aldeias de Jacuípe, Barreiros e Cimbres (atualmente Pesqueira, onde habitam os Xukuru do Ororubá), respectivamente. Aldeias do período colonial que após a segunda metade do século XVIII, com a legislação portuguesa e aplicação do Diretório Pombalino, foram transformadas em vilas com o incentivo estatal para a ocupação das terras por meio de arrendamentos pelos não índios. Provocando nos anos seguintes muitos conflitos, tensões e esbulhos nos aldeamentos, com profundas mudanças territoriais e identitárias para os indígenas.

As abordagens no livro situam-se na perspectiva da chamada “nova história indígena” que a partir da década de 1990 vem discutindo e evidenciando os protagonismos sociopolíticos dos indígenas na História do Brasil, buscando superar visões deterministas que enfatizam os índios como vítimas diante do avassalador processo apenas inicial da colonização portuguesa. São pesquisas históricas que principalmente com importantes diálogos com a Antropologia e também outras áreas do conhecimento, vem contribuindo decisivamente nas discussões para repensar os papéis e lugares dos indígenas em diferentes espaços, períodos e situações ao longo da história do nosso país.

O recrutamento compulsório e as participações negociadas de indígenas na Insurreição de 1817 foram discutidas no Capítulo 2. Nas disputas políticas entre Pernambuco e a Corte, os indígenas nos aldeamentos em Águas Belas, Cimbres e Escada em Pernambuco,

¹ Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Atalaia em Alagoas, estiveram presentes de forma significativa em forças militares de ambos os lados nos combates. Em meio a arena de disputas entre o poder da metrópole e o “patriotismo” de lideranças das elites locais que se afirmavam liberais, mas eram escravocratas ou também membros de tradicionais oligarquias, os índios estabeleceram alianças pontuais que sinalizavam para a garantia de permanência nas terras onde habitavam.

Os indígenas participaram efetivamente nos combates ocorridos na Confederação do Equador em 1824, como evidenciado no capítulo seguinte. Em um momento de grande instabilidade política, onde existiam os favoráveis a Dom João VI advogando a recolonização do Brasil por Portugal; os que afirmavam a consolidação da Independência e o poder do Imperador Dom Pedro I e ainda aqueles defensores da independência e a autonomia das províncias do Norte diante da Corte no Rio de Janeiro, os índios novamente estiveram aliados aos diferentes grupos políticos.

Na fronteira entre Pernambuco e Alagoas, indígenas aldeados em Barreiros (PE) e Jacuípe (AL) combateram ao lado das tropas imperiais que derrotaram os confederados. Contra o recrutamento forçado e as invasões de terras em meio as disputas da oligarquia local, os índios aldeados em Cimbres aliaram-se as tropas favoráveis a D. João VI. Com o fortalecimento do movimento dos confederados na localidade, acusados de “fanáticos realista absolutos” os indígenas foram perseguidos e tiveram que fugir para o aldeamento dos Kariri, em Palmeira dos Índios/AL.

As diferentes alianças dos indígenas foram analisadas pela autora a partir da compreensão dos interesses imediatos e garantias das terras, nas relações de poder no jogo político das disputas provinciais e nacional. Na situação dos índios aldeados na Zona da Mata Sul pernambucana e Norte alagoana, os indígenas em Jacuípe defendiam as matas vizinhas as terras onde habitavam, contra o avanço da cana dos senhores de engenho. E num contexto de violências históricas e de guerra, tropas confederadas, apoiadas por dos senhores de engenhos locais, teriam incendiado palhoças de índios em Barreiros.

Os índios aldeados em Cimbres eram contrários ao breve governo confederado, rejeitando a indicação do capitão-mor, que perseguia os indígenas, para administrar o aldeamento. Em meio as disputas locais entre dois inimigos políticos, aliados aos chamados realistas os índios rebelaram-se, mas foram duramente reprimidos ocorrendo mortes, prisões e fugas de muitos para Alagoas. Ao retornarem à Cimbres em 1828, as terras tinham sido ocupadas por moradores e também enfrentaram os contínuos pedidos de posse ao Governo

Provincial pela Câmara Municipal, com a justificativa do abandono dos índios e que estavam “confundidos com a massa da população”.

A participação indígena nos combates da Cabanada ou a Guerra dos Cabanos ocorrida ente 1832 e 1835, desde o Agreste a Zona da Mata Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas, envolvendo proprietários de terras conservadores e liberais no cenário das disputas provinciais após as mudanças políticas na Corte, foi discutida pela autora no Capítulo 4. Cabanos, aliados indígenas e negros fugidos aquartelavam-se nas densas matas existentes na região litorânea. Os indígenas aldeados em Jacuípe/AL e em Barreiros/PE combateram nas tropas rebeldes como também em tropas governamentais, a partir de escolhas e alianças pontuais no quadro das relações locais e os interesses pelas terras das aldeias.

Os índios em Jacuípe aderiram as tropas rebeldes cabanas após recusarem aceitar a nomeação do diretor para o aldeamento. Os indígenas junto as tropas rebeldes invadiram vários engenhos, vilas e povoados na Zona da Mata Sul e proximidades no Agreste pernambucano, enfrentando em combates tropas governistas tendo como aliadas os índios aldeados em Barreiros. Embora índios de Barreiros tenham se dividido e também guerrearam ao lado dos cabanos, atacando o próprio aldeamento incendiando e destruindo o templo católico romano no local, atacando lavouras na região.

Com as retomadas pelas forças legais dos locais invadidos pelos cabanos, ocorreram prisões, fugas de líderes e rendição de rebeldes, dentre os quais indígenas de Jacuípe que aderiram as tropas governistas. Uma escolha compreendida a partir das observações sobre as alianças indígenas nas dinâmicas das relações de poder e disputas políticas provinciais. Existia um medo dos índios rebeldes armados pela sociedade local e autoridades, sendo portanto, o melhor aceita-los como aliados e pacíficos. Desarmados e apaziguados nos anos seguintes os indígenas tiveram as terras invadidas por senhores de engenho e as matas mesmo legalmente protegidas foram devastadas para o plantio da cana de açúcar.

A cisão durante a Cabanada entre os índios aldeados em Barreiros, ocorreu por divergências com lideranças pelo uso das terras e a administração do aldeamento. Agostinho Panaxo Arcoverde, um dos líderes de grande prestígio junto as autoridades provinciais e senhores de engenho locais, fora nomeado pelo governo para o importante o cargo de Juiz de Paz e era também Capitão da Guarda Nacional responsável pelas eleições dos oficiais em Barreiros, com a votação dos índios. Comandava uma tropa militar de indígenas a serviço dos proprietários de terras e autoridade locais. Analisando a situação a autora discutiu as

possibilidades do reconhecimento da cidadania para os índios no Brasil, quando da ocupação de cargos pelo citado indígena na estrutura do Estado Imperial.

As divergências e oposição do líder indígena Bento Duarte ocorriam em relação a administração da aldeia e os recursos dos arrendamentos das terras, provocaram uma cisão no aldeamento de Barreiros. Indígenas contrários a Agostinho Panaxo foram acusados de invadirem engenhos e roubar gados em propriedades de aliados do Juiz de Paz. Na Cabanada os conflitos entre as duas lideranças e seus grupos tornaram-se mais explícitos, com indígenas participando em ambos os lados nas batalhas, em importantes vitórias para as tropas legais e as tropas rebeldes. Evidenciando o potencial e os significados dos índios aldeados em Barreiros nos combates.

Os índios aldeados em Barreiros e Jacuípe também participaram nos confrontos da Praieira, como foi discutido no Capítulo 5 do livro *A chamada Revolução Praieira ou simplesmente Praieira (1848 a 1850)*, ocorreu na Província de Pernambuco com confrontos entre liberais e federalistas conservadores. Quando assumiram o poder na Província, os “praieiros” (liberais) invadiram na Zona da Mata Sul pernambucana engenhos de membros do Partido Conservador (federalistas), provocando a reação armada dos atingidos em meio as disputas pelo poder provincial no processo da formação do Estado nacional.

O indígena Bento Duarte tornou-se a única liderança em Barreiros após a morte de Agostinho Panaxo. E era contrário as longevas relações do seu oponente com os senhores de engenhos de origens portuguesas, membros do Partido Conservador e arrendatários de terras no Aldeamento. Nas dinâmicas das mudanças nas relações política e clientelistas, perseguidos pela oligarquia local apoiada pelo Juiz Municipal, os índios liderados por Bento Duarte com os índios de Jacuípe uniram-se as tropas liberais nos combates contra os senhores de engenho conservadores. Para repressão legalista aos “praieiros” foram convocados índios aldeados em Cimbres. Com a derrota dos rebeldes, aumentaram as pressões sobre os índios em Barreiros e o aldeamento foi oficialmente extinto em 1870.

O apoio dos índios em Alagoas durante a Praieira foi disputado por senhores de engenho conservadores. Além dos índios de Jacuípe, ocorreu ainda a participação no conflito dos índios de Cocal/AL (atuais Wassu-Cocal, em Joaquim Gomes/AL), onde também habitavam índios de Cimbres. Liderados pelo capitão Antonio de Souza Salazar foram aliados aos liberais nos vários combates em Água Preta na fronteira pernambucana com Alagoas. Após a rendição dos índios e após a morte de lideranças o governo provincial destinou recursos para sustento dos indígenas para apaziguá-los.

Com derrota da Praieira, a vitória dos conservadores e o projeto da Corte, somada a Lei de Terras de 1850, ocorreu a legitimação de invasões das terras indígenas. Índios que depois da extinção da Aldeia de Escada/PE em 1860 habitavam na localidade Riacho do Mato na Zona da Mata Sul pernambucana, reivindicavam das autoridades a criação de um novo aldeamento, em um lugar com densas matas, terras de muita fertilidade e irrigada por muitos rios, cobiçado pelos senhores de engenho.

As dimensões da participação política indígena foram retomadas no último capítulo, sendo ressaltada as motivações dos envolvimento de índios nas revoltas no contexto da construção do Estado nacional no século XIX, como um processo incluso e múltiplo. Sendo necessário e muito importante pensar a participação dos indígenas como aliados aos rebeldes ou as tropas governamentais enquanto sujeitos sociopolíticos na/da História. Mesmo com situações de recrutamentos compulsórios, pensar a participação indígena como formas de inserções na arena política, na busca do exercício da cidadania em meio as disputas públicas, com os índios barganhando interesses, negociando com as oligarquias locais e considerando as relações de poder provincial, seja para conquista de benefícios pontuais mas, sobretudo, o controle na administração dos aldeamentos e garantias das terras onde habitavam.

A pesquisa realizada, problematizou, discutiu e questionou a conhecida afirmação simplista sobre a “manipulação” ou que os índios foram “usados” pela classe dominante em guerras, confrontos e conflitos armados. O estudo questiona os interesses, as motivações e as perspectivas dos indígenas ao participaram no genericamente chamado “ciclo das revoltas liberais”, entre 1817 e 1848, em Pernambuco e Alagoas. Baseado numa ampla pesquisa documental, com mapas e dialogando com estudos sobre a temática indígena e o período, a publicação ora resenhada contribui com importantes reflexões para pensarmos os atuais povos indígenas em Pernambuco e suas mobilizações sociopolíticas.

A leitura desse livro, da jovem e promissora pesquisadora pernambucana, Licenciada em História pela UFPE, é, portanto, por demais recomendável, pois além de uma considerável pesquisa documental evidenciando a importância da participação indígena nos processos históricos como sujeitos sociopolíticos, apresentou também uma profunda revisão na historiografia sobre as chamadas “revoltas liberais” em Pernambuco. Trata-se de uma contribuição significativa para repensar as abordagens históricas que invisibilizam os lugares, papéis e protagonismos dos índios na História do Brasil.



revista.caete@delmiro.ufal.br

Revista de Ciências Humanas CAETÉ 2020
V2. Nº3, p. 179-184, SILVA.

CAETÉ
Revista de Ciências Humanas

REFERÊNCIA

DANTAS. Mariana A. **Dimensões da participação política indígena.** Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018. 259p.

